

## PREFÁCIO

Na defesa, judicial e extrajudicial, de políticas públicas imprescindíveis ao desenvolvimento do país, a Advocacia-Geral da União (AGU) possui como essência de seu mister a construção de soluções jurídicas que propiciem o crescimento harmônico e coordenado da sociedade brasileira. Apresenta-se, pois, como instituição que atua, não só como integrante das funções essenciais à justiça, mas como uma das concretizadoras dos objetivos fundamentais da República previstos na Carta Maior, dentre os quais destaco o de “garantir o desenvolvimento nacional” (inciso II do seu artigo 3º).

É interessante notar que os objetivos elencados no art. 3º da Constituição guardam íntima conexão entre si: a construção de uma sociedade livre, justa e solidária passa pela garantia do desenvolvimento nacional. E sem esse desenvolvimento, os objetivos seguintes, ou seja, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais; e a promoção do bem de todos, sem preconceitos ou discriminações, ficam comprometidos. Portanto, o desenvolvimento nacional é a chave para acelerar a trajetória do país rumo à consecução dos seus objetivos fundamentais.

A infraestrutura, nesse contexto, é peça fundamental de uma engrenagem que move o progresso do Brasil. Conjuguar a missão da AGU ao seu desenvolvimento é conferir segurança jurídica às políticas públicas federais, de forma a agregar confiabilidade, previsibilidade e estabilidade ao processo no seu todo, desde as atividades de consultoria e assessoramento do Poder Executivo, até a defesa em juízo das políticas públicas, contribuindo para a resolução de questões que, não raramente, possuem alta complexidade técnica e jurídica, além de elevada repercussão econômica e social.

Neste quadrante, a publicação da presente obra reflete um relevante espectro de atuação da Advocacia-Geral da União no setor de transportes. Ela ilustra os desafios enfrentados pelos diversos agentes públicos e privados que militam no setor de infraestrutura para superar gargalos ao desenvolvimento nacional. Destaca-se, nesse sentido, o caráter reflexivo e multidisciplinar dos textos, que se propõem não apenas a apresentar os problemas existentes, mas principalmente em sinalizar as soluções possíveis e as tendências de futuro do setor.

Mostra-se, portanto, de importância ímpar a iniciativa da Consultoria Jurídica do Ministério da Infraestrutura juntamente à Escola da AGU quanto à publicação desta coletânea, tanto pela representatividade e demonstração do valor da instituição na consecução do desenvolvimento nacional como pela referência da obra em si para o setor de transportes.

Deve-se fazer, por fim, um registro especial à Escola da AGU, que, ainda como Centro de Estudos Victor Nunes Leal, desde os idos de 2002, vem primando pela produção acadêmica de seus membros e servidores, por meio das publicações da Revista da AGU. A publicação da presente obra torna acessível mais esta importante coletânea de textos nacionais e internacionais sobre os diversos modos de transportes. Espera-se que ela amplie os horizontes jurídicos e aprimore os diagnósticos na formulação das políticas públicas no setor de transportes, de forma que o interesse público cada vez mais se concretize em benefícios aos cidadãos brasileiros.

Bruno Bianco Leal  
Advogado-Geral da União